

A expansão chinesa na África: o desafio do crescimento e a nova face do imperialismo econômico

The chinese expansion on Africa: the challenge of
growth and the new face of economic imperialism

VALERIA LOPES RIBEIRO | val_ribeiro@yahoo.com.br

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Economia Política
Internacional – IE/NEI-UFRJ, Brasil.

Recebimento do artigo 15-mar-10 | **Aceite** 25-ago-10.

Resumo Este artigo procura analisar a atual aproximação da China na África, relacionada à preocupação por parte daquele país em garantir o acesso a recursos primários e energéticos presentes no continente africano. O tema em questão suscita, por sua vez, uma discussão relacionada à questão do imperialismo nos anos recentes. Procura-se assim, levantar o debate em torno da atual postura chinesa com relação a suas áreas de expansão, à luz das teorias clássicas do imperialismo, analisando como a China vem se expandindo, em especial no continente africano, através do aumento dos Investimentos Diretos Externos e das importações. **Palavras-Chave** Imperialismo; China; África.

Abstract This article aims to analyze the approximation between China and African in recent years, relating to China's interest in securing the access to primary and energetic resources in the African continent. The subject in question raises a debate related to the subject of imperialism in recent years. The article tries raise the debate around the Chinese posture in which it relates to it's expansion, in light of the classical theories of imperialism, demonstrating how China has been expanding externally, specifically in African countries, through Direct External Investments and the rise in imports. **Key-words** Imperialism; China; Africa.

Introdução

Há pouco mais de vinte anos e, desde que se juntou à Organização Mundial do Comércio em 2001, a China vem rapidamente se tornando uma força econômica, aumentando consideravelmente sua parcela na oferta mundial de manufaturas, provocando um *boom* no mercado de *commodities* e acumulando cerca de 2,2 trilhões de dólares em reservas. (*People's Bank of China*, 2009). Como se sabe, o país emerge atualmente como o que mais cresce no mundo desde a década de 80. Com uma população de 1,5 bilhão de pessoas e um vasto território (cerca de 9.597.000 de km²), a China hoje lidera a produção de milhares de mercadorias¹.

Surpreende também o fato de que a liderança chinesa vem se ampliando cada vez mais para uma produção cada vez mais diversificada e com alto teor tecnológico. Entre o total das exportações chinesas classificadas em bens primários, intermediários e finais, em 2002 a participação dos chamados bens finais (de consumo e de capital) já somam 60% das exportações chinesas, muito acima das exportações de bens primários (2,9%) e de bens intermediários (37,1%) (UN-Comtrade, 2008).

E não são apenas as exportações que sustentam um crescimento médio de 9% ao ano desde a década de 80. Ao contrário do comumente propagado o crescimento chinês tem forte apoio no rápido crescimento de firmas domésticas e um vasto e dinâmico mercado interno².

A despeito do debate com relação à dependência chinesa das exportações³, principalmente após a crise financeira americana de 2007, o crescimento do mercado interno chinês, relacionado recentemente ao *boom* da indústria pesada, vem ampliando a forma com a qual a China se relaciona com o resto do mundo, principalmente com os países em desenvolvimento. Se até então a China se posicionava como um exportador de manufaturas para economias centrais, como Estados Unidos e Europa, agora o país começa a expandir-se mundialmente, ampliando

1 O país, que em 1995 respondia por apenas 5,4% da produção manufatureira mundial, atrás dos Estados Unidos (13,1%) e do Japão (12,1%), em 2005 já respondia por 13,1% da produção global de manufaturas, deixando para trás o próprio Estados Unidos, com 10% e o vizinho Japão, com apenas 8,4% da produção mundial. (UNCTAD, 2007)

2 Em regiões como Zhongguancun, a nordeste de Beijing, por exemplo, além de grandes universidades e institutos de pesquisa, observam-se diversas empresas de tecnologia e centros de P&D. Nesta região o progresso tecnológico tem sido dirigido primariamente pela demanda doméstica, em detrimento da demanda para exportação. Mais de 85% da renda da região tem origem nas vendas de produtos e serviços no mercado doméstico. (ZHOU, 2008).

3 Anderson, J., "Is China Export-Led?". *Global Economic Research UBS Investment Research Asian Focus*, 2007.

seus investimentos diretos externos e instalando filiais de firmas domésticas, principalmente em países em desenvolvimento.

Tal expansão está intimamente relacionada a necessidades internas, ligadas a uma base produtiva específica sobre a qual a trajetória de desenvolvimento do país veio moldando-se ao longo dos anos. O tamanho da população, a baixa quantidade de terras agricultáveis e a reduzida oferta de recursos energéticos vêm impondo um grande desafio à continuidade do desenvolvimento chinês, ligado à necessidade de suprir a oferta de matérias-primas e energia. Como sugere Bijian (2005), ainda que a China venha se esforçando na tarefa de encontrar formas alternativas de utilização energética, a dependência desse tipo de recurso e a necessidade de garantir seu acesso colocam-se como desafios centrais ao Estado chinês hoje.

O objetivo desse artigo é discutir como vem evoluindo a aproximação chinesa nesse sentido no continente africano, ou seja, como a China tem se aproximado dos países daquele continente, no sentido de atender à demanda por bens primários e recursos energéticos. Além disso, pretende-se levantar um complexo debate ligado a possível postura imperialista por parte da China na sua relação externa com os países africanos.

O artigo está dividido da seguinte forma: além desta Introdução, a seção 2 recupera brevemente o marco teórico proposto; em seguida, a seção 3 discute de que forma a China se insere no Imperialismo nos dias de hoje; o item 4 apresenta uma análise da base produtiva chinesa; o item 5 analisa a expansão chinesa no mundo e também na África; a seção 6 apresenta as conclusões.

Expansão territorial capitalista

A expansão extraterritorial configura-se como traço essencial do sistema capitalista desde suas origens (com a expansão marítima dos países europeus) até os dias atuais. A necessidade de expansão de espaços de acumulação de capital e fornecedores de matérias-primas inscreve-se na trajetória de diversas economias nacionais, ao longo da história do capitalismo.

No plano teórico, uma das correntes de grande expressão dentro dessa discussão insere-se dentro da tradição marxista. As chamadas teorias do Imperialismo surgem como um desdobramento do pensamento de Marx, a partir de uma leitura específica por parte de alguns autores, frente à conjuntura do final do sécu-

lo XIX. Autores como Lênin, Bukharin e Hilferding desenvolveram sua concepção do capitalismo internacional baseados nos preceitos marxistas da lei do valor e do capital. Cada um a sua maneira, aqueles autores procuraram interpretar os movimentos de internacionalização dos países como uma fase específica do capitalismo, ligada a novas estruturas econômicas, principalmente as grandes empresas e ao capital financeiro.

Lênin (1982) discute a questão do capitalismo internacional em seu “Imperialismo: fase superior do capitalismo”. Neste livro o autor parte de umas das leis da acumulação desenvolvidas por Marx, a da concentração de capital, para analisar como o capitalismo no final do século XIX havia caminhado para a formação de estruturas fortemente concentradas, na forma de trustes e cartéis, em países como Alemanha, Inglaterra e principalmente nos EUA. A superioridade dessas grandes empresas seria então potencializada pelos bancos, com o capital dinheiro, formando assim o chamado capital financeiro (capital bancário mais capital industrial).

A partir dessa fusão entre bancos, indústrias e Estado, os interesses desses grandes monopólios estariam dirigidos ao controle de mercados mundiais, na busca pela expansão de espaços de acumulação e garantia de fontes de matérias primas, para além das fronteiras nacionais.

Para Bukharin (1986), o desenvolvimento do capitalismo, e sua nova configuração na forma do chamado capital financeiro, conduziu os Estados capitalistas contemporâneos a objetivos de conquista, tais como: a posse dos esquadros de mercadorias, dos mercados de matérias-primas e das esferas de investimento de capital. Esses objetivos seriam, para Bukharin, três aspectos de um mesmo fenômeno: o conflito entre o desenvolvimento das forças produtivas e a limitação nacional da organização da produção. (Bukharin, 1986, p.95) O desenvolvimento das forças produtivas impõe, nesse sentido, a necessidade de expansão extra-territorial, o que promove um processo de internacionalização do capitalismo a níveis globais. O ponto central abordado por Bukharin é que, apesar da tendência a internacionalização do capital, este mesmo processo leva a uma tendência à nacionalização dos interesses capitalistas, na defesa de suas próprias economias nacionais.

Em Hilferding (1985) a questão da internacionalização do capital aparece como um momento específico da história do capitalismo e, mais ainda, da forma como na Alemanha desenvolve-se um tipo novo de capitalismo, centrado na mudança da relação entre a classe capitalista e o poder do Estado. Para este autor a existência de grandes associações monopolistas que dão lugar à livre concorrência

muda aquela relação, que se volta agora para um pacto entre o capital e o Estado. Mais uma vez o capital financeiro é entendido como essa fusão entre capital bancário e indústria, tendo o Estado papel fundamental na criação de um ambiente propício a acumulação de capital em níveis nacionais e para a exportação de capital para além do território nacional.

Assim, para os teóricos do Imperialismo, a fase monopolista do capitalismo que marca o final do século XIX, promoveu uma expansão a níveis globais da lógica de reprodução do capital, marcada agora por uma divisão internacional do trabalho. Nessa divisão, países que atingiram um alto desenvolvimento de suas forças produtivas foram levados à expansão extraterritorial para países que serviram de mercados consumidores e fontes de bens primários. O conceito de Imperialismo esteve ligado, a partir daí, a idéia de uma postura belicista e violenta por parte das economias centrais (européias e americanas) que avançaram em países e continentes onde se pudessem levar adiante os interesses dos capitais nacionais. A partilha do continente africano, definida na Conferência de Berlim em 1884-1885⁴ é um episódio ilustrativo dessa nova fase do capitalismo, além, é claro, das guerras que marcariam a primeira metade do século XX, envolvendo as principais potências capitalistas. Como aponta Hilferding,

O postulado de uma política expansionista [...] revoluciona também toda a concepção de mundo da burguesia. Deixa de ser pacífica e humanitária. [...] Os antigos livre comerciantes acreditavam no livre-comércio não somente como a mais correta política econômica, mas também como ponto de partida para uma era de paz. O capital financeiro perdeu há muito tempo essa crença. Não acredita na harmonia dos interesses capitalistas; sabe, porém, que a luta de concorrência torna-se cada vez mais uma luta pelo poder político. O ideal da paz se desvanece; no lugar do ideal humanitário irrompe o ideal do poder e da força do Estado. [...] O ideal agora é assegurar para a própria nação o domínio do mundo, uma ambição tão ilimitada quanto à ambição do capital por conseguir lucro, que lhe dá origem. (HILFERDING, 1985, p. 314)

4 A Conferência de Berlim foi convocada para "regulamentar as condições mais favoráveis ao desenvolvimento do comércio e da civilização em certas regiões da África". Por trás desse arrazoado estavam disputas muito reais em torno de colônias, nas quais se estavam empenhando a Inglaterra, a França, a Alemanha em pleno repto ao hegemonismo inglês, a Espanha, Portugal e o Rei dos Belgas. (OLIVEIRA, 2007)

Internacionalização e imperialismo hoje

A partir de uma leitura marxista dos processos de internacionalização, os movimentos de expansão extra-territorial que marcaram o final do século XIX representam uma postura ofensiva por parte das principais potências no sentido de expandir a esfera de acumulação de capital, mercados consumidores e fontes de matéria-prima. Assim, os conflitos que marcaram a primeira metade do século XX representaram, em grande medida, o ápice das divergências entre estas potências com relação às disputas por áreas de dominação em todo o mundo.

Um ponto chave destas disputas foi o processo pelo qual a potência inglesa vai perdendo seu domínio para os EUA, que despontam no final da segunda guerra como principal economia e força militar mundial. Ao contrário da potência inglesa, que desde o início de sua dominação define claramente áreas (colônias) fornecedoras de bens primários não produzidos internamente, os Estados Unidos, ao possuir um amplo território e vastas fronteiras agrícolas (além de amplas reservas da nova base energética industrial, o petróleo) passam a atuar externamente buscando a conquista de áreas de influência para expansão de mercados.

O próprio modelo americano de grande empresa promove, desde o início, um alto poder de alavancagem de capital, que leva a necessidade de expansão extraterritorial das grandes corporações americanas em todo o mundo, principalmente a partir das décadas de 50 e 60 (Tavares e Belluzzo, 2004). A internacionalização de capital dos Estados Unidos daria-se então na forma da expansão de mercados consumidores, dimensão que ganha uma grande importância na política econômica americana, ao lado do controle da tecnologia.⁵

Ao contrário dos EUA, a China, na última década, tal como a Inglaterra, vem enfrentando sérias restrições a sustentação da oferta interna de matérias-primas e energia, desafio que surge após um passado de auto-suficiência. Frente a seu ex-

5 Apesar da vasta disponibilidade de recursos primários no território americano, deve-se ressaltar que, recentemente a demanda americana por petróleo, por exemplo, vem sendo cada vez mais suprida por fontes externas, já que as reservas do país vem reduzindo anualmente. Em 1988 a América do Norte continha cerca de 10% das reservas mundiais, em 2008 a participação é de apenas 5,6% (BP). A produção americana também vem diminuindo desde a década de 80. Em 1998 os EUA produziam cerca de 8 milhões de barris por dia, em 2008 a produção ficou em 6 milhões. Cada vez mais o alto consumo americano, ligado principalmente a transporte, tem que ser atendido por petróleo de outras partes do mundo. Em 2008, os EUA importaram 636,6 milhões de toneladas de petróleo. O principal fornecedor americano são os países do Oriente Médio (18,8%), o Canadá (19%) e América do Sul (18%), principalmente México e Venezuela. Ainda assim a participação dos países africanos como exportadores de petróleo para os EUA é considerável, cerca de 14% do total importado pelo país teve origem nos países da África Ocidental. (BP)

pressivo crescimento econômico a partir da década de 80, o país enfrenta cada vez mais o desafio de suprir sua carência de bens primários e petróleo. Desafio que vem sendo enfrentado através da expansão extraterritorial em diversas partes do mundo e, cada vez mais, em países em desenvolvimento, como os africanos. Mais do que a busca por espaços de acumulação, os objetivos de curto prazo da expansão chinesa hoje são dirigidos ao suprimento dessa carência interna por matérias-primas e energia, dada principalmente a amplitude de seu mercado consumidor interno, com alto potencial de consumo.

Nas próximas seções será analisado o caso chinês e seu atual processo de expansão extraterritorial, entendido a partir de sua relação com uma base produtiva interna específica.

China: base produtiva e os desafios ao desenvolvimento

Um dos aspectos mais significativos do crescimento chinês é o impacto que o país vem causando na demanda por *commodities*. Em 1980 a participação da China no total das importações mundiais era de menos de 1%. Em 2005, a demanda chinesa foi de 6,16% do total importado. Dentro desse montante importado destaca-se a demanda chinesa por matérias-primas. Em 2005 a China respondia por 22,36% do total de alumínio (primário) consumido no mundo, e por 21,4% do total de cobre refinado consumido. (UNCTAD, 2007). Em 2004 a China consumiu cerca de 47% do cimento mundial; e do total importado pelo mundo de algodão e minério de aço, à China corresponderam 27% e 43%, respectivamente. As importações dos chamados bens primários crescem substancialmente. Em 1995 eles representavam 9,7% das importações chinesas. Em 2005 essa participação aumentou para 17%. (UNComtrade, 2007).

Como é possível observar, o aumento da importação chinesa de matérias-primas e recursos energéticos é expressivo. A explicação para esse fenômeno encontra-se, como já observado na base produtiva chinesa e em aspectos específicos daquela sociedade. O tamanho da população, a disponibilidade de terras agricultáveis e a base energética são elementos estratégicos na explicação da necessidade chinesa por recursos naturais e energéticos, aliados ao atual ciclo de expansão da indústria pesada, ao surto imobiliário e ao crescimento do consumo de automóveis.

A industrialização foi a via pela qual a China conseguiu levar adiante sua expansão, desde os projetos industrializantes pós Revolução Comunista até as reformas implementadas por Deng Xiaoping. O grande contingente de população rural (ainda hoje 55% da população total) e a reduzida área agricultável⁶ impuseram a necessidade de expandir a indústria, principalmente aumentando a produtividade, seja para absorver o excedente, seja para aumentar a própria produtividade agrícola. Assim, investimentos em infra-estrutura e em máquinas e equipamentos foram o motor da atividade industrial.

O avanço da indústria, por sua vez, exige um grande montante de matérias-primas disponíveis. Como ressalta Jiang (2009) a própria forma como a China produz exige, por si só, um nível de recursos muito elevado. Para gerar 10 mil *yuan*s de PIB, a China usa cerca de três vezes a quantidade média mundial de energia utilizada pelos países. Esse nível de utilização de energia é maior que aquele observado nos países mais industrializados. Para produzir 1 dólar de PIB a China consome oito vezes a energia que o Japão utiliza. (JIANG, 2009). Esse “modelo” chinês explica-se segundo Jiang pela forma rápida com que a China levou adiante seu processo de industrialização.

Como resultado desse processo a China é hoje um país altamente industrializado (48% do PIB chinês em 2006, WDI). A partir de 2001, como ressalta Medeiros (2007), com o Décimo Plano Quinquenal, afirmou-se um novo ciclo expansivo impulsionado pelos investimentos em infra-estrutura. Os investimentos em auto-estrada e construção residencial associados ao processo de urbanização e as reformas sobre a comercialização das terras urbanas arrastaram o investimento na indústria pesada – ferro, aço, cimento, alumínio, vidro e química (em 2004, a indústria pesada compunha mais de 60% do produto industrial bruto – *China Statistical Yearbook*, 2008) – num amplo processo de substituição de importações e também de rápida diversificação de exportações, que também passaram por extraordinário crescimento.

Além da expansão da indústria pesada, o aumento da indústria automobilística e do consumo de automóveis no mercado interno vêm aumentando a demanda

6 As áreas agricultáveis e os recursos minerais e energéticos são relativamente escassos frente às necessidades da estrutura produtiva chinesa, não obstante serem bastante significativas em números absolutos. Segundo Bijian (2005) a quantidade de recursos hídricos (água) per capita na China é um quarto da média mundial; a média per capita de área cultivável para plantio é apenas 40% da média mundial. Com relação aos recursos energéticos destaca-se que as médias per capita de petróleo, gás natural, carvão e alumínio representam apenas 8,3%, 4,1%, 25,5% e 9% das médias mundiais, respectivamente. (BIJIAN, 2005).

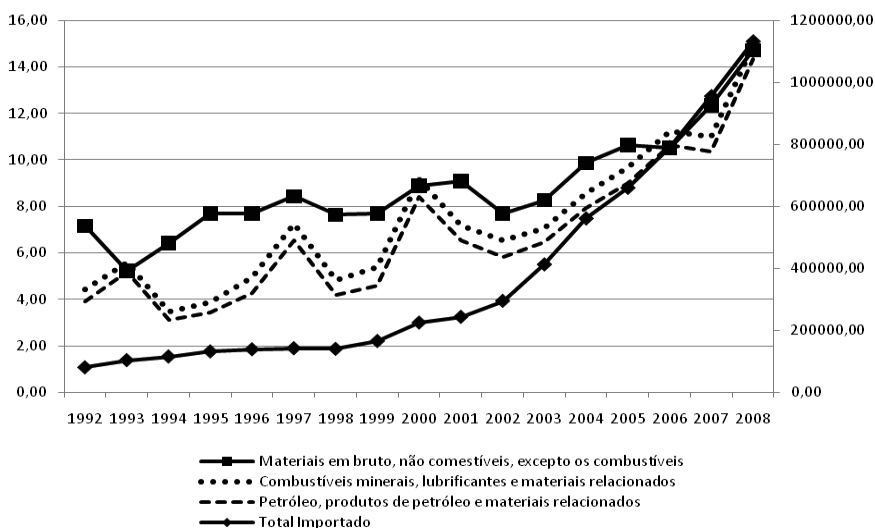
por matérias-primas básicas e também por petróleo. A China transformou-se nos últimos anos no terceiro maior mercado de automóvel e quarto produtor mundial.

A expansão chinesa

Como visto, a dinâmica interna da trajetória de desenvolvimento chinesa esteve ligada a uma base material específica que, nos anos recentes, impõe a necessidade de manutenção e expansão da oferta de matérias-primas e recursos energéticos para sustentar o crescimento da indústria pesada e o consumo de bens duráveis. Nesse contexto, a “fome” chinesa por recursos naturais vem levando o país a aproximações diplomáticas com diversos países e continentes, no sentido de atender à demanda interna por recursos naturais.

Este movimento expansivo da China pode ser observado, como apontado anteriormente, no forte aumento de suas importações ligadas a setores primários. O Gráfico 1 apresenta as importações feitas pela China de alguns bens,

Gráfico 1 | China: Total importado anual* (100 milhões de dólares – eixo direito) e participação (%) de produtos selecionados no total importado (eixo esquerdo) 1992-2008 (100 milhões de dólares)



Fonte: UNComtrade (Data Query – Basic Selection/SITC Rev. 3); *O valor total importado anual representa a soma de todos os produtos (commodities) inseridos na classificação SITC Rev. 3, e não apenas a soma dos produtos apresentados neste gráfico.

Como se observa, a importação de bens primários como materiais brutos e combustíveis minerais tiveram um aumento expressivo após os anos 90.

Nos últimos anos, destaque deve ser dado à “fome” chinesa por petróleo, principalmente pela sua importância estratégica na produção industrial. Como ressaltam Zweig e Bi (2005), há vinte anos a China era o maior exportador de petróleo do Leste Asiático. Hoje o país é o segundo maior importador. A partir de 1992 a China começa a apresentar um déficit entre produção e consumo de energia (incluindo carvão, petróleo, gás natural, “hidro-power”, “nuclear-power”, energia eólica). Em 1992 a produção chinesa era de 104.844 milhões toneladas de energia e o consumo de 103 milhões. Após esse ano o consumo aumenta mais que a capacidade produtiva da China, provocando um déficit de 1.914,00 de toneladas em 1993. Por mais que a produção também venha aumentando, o consumo aumenta mais, levando o país a necessidade de importação de recursos energéticos. (NBSC, 2007)

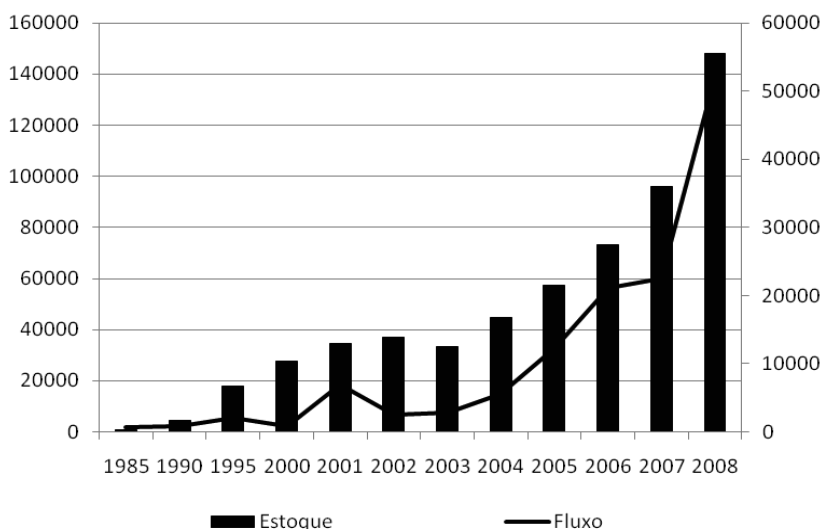
Em 2008, pela primeira vez o consumo de energia (incluindo outras fontes além do petróleo) dos países fora da OECD superou o consumo dos países daquela organização. A região da Ásia Pacífico contribuiu com 87% do crescimento do consumo de energia mundial. A China contribuiu com quase três quartos do crescimento da demanda mundial. Enquanto o consumo chinês cresceu 7,2% em relação a 2007, nos Estados Unidos caiu 2,8 %, em um movimento de queda que vem desde 1982. (*British Petroleum*, 2009).

A China é sem dúvida o maior responsável pelo aumento da demanda por petróleo nos últimos anos, assumindo o lugar dos Estados Unidos. Entre 1993 e 2001, a demanda chinesa atingia uma média de 228 milhões de barris por dia, enquanto que nos EUA essa média era de 302. Já entre 2001 e 2007, a China demanda cerca de 497 milhões barris/dia, enquanto os EUA 175 b/d. (BP, 2008).

O aumento das necessidades internas por recursos primários e energéticos tem levado a China a expandir-se mundialmente, através da instalação de filiais de empresas em várias partes do mundo e de expansão de capital, ligados principalmente a setores extrativistas. Este processo pode ser claramente visualizado na forma como o país vem ampliando seus investimentos externos diretos (IDEs) em vários países.

Em 2007 o fluxo de Investimentos Diretos chineses no mundo alcançou 52.150 milhões de dólares, valor que, embora represente apenas 2,8% dos IDEs mundiais, demonstra um aumento surpreendente. A partir da década de 90, observar-se um crescimento expressivo dos IDEs, como se visualiza no Gráfico 2,

Gráfico 2 | China: Investimentos externos diretos da China para o mundo
(fluxo – eixo direito; estoque – eixo esquerdo) 1985-2008 (milhões de dólares)



Fonte: UNCTAD.

De acordo com Yang (2003), os Investimentos externos chineses começam ainda no período das reformas, ainda que de forma tímida, com um volume de menos de 40 mil dólares. Segundo o autor, os primeiros sinais de investimentos externos chineses começam em Novembro de 1979, quando a empresa *Beijing Friendship Commercial Service Company* instala uma *joint venture* em Tóquio, juntamente com uma firma japonesa. Neste período os investidores eram basicamente empresas comerciais, especializadas em comércio exterior e corporações tecnológicas filiadas a governos de províncias e cidades. A política de abertura empreendida pelo governo chinês do período estimulou estas empresas, que aproveitaram as vantagens e autonomia concedida pelo governo central, além de relações empresariais privadas que já existiam entre os chineses e países da região asiática.

Após esse período inicial, mais políticas de governo estimularam os investimentos externos. Em 1985, O Ministério de Economia e Comércio Exterior aprovou uma resolução, afirmando que empresas com condições financeiras, tecnológicas e empresariais capazes de expandir-se externamente seriam apoiadas pelo governo. Após essa resolução grandes empresas e conglomerados começaram a expandir-se. A *China National Chemical Import and Export Corporate* (SINOCHEM)

foi uma das primeiras a receber aprovação pelo Conselho de Estado para fazer experimentos externos. Depois desse movimento, não apenas empresas de comércio expandiram-se, mas também empresas ligadas a setores manufatureiros, como a *Capital Steel and Iron Corporation* (SHOUGANG). Os IDEs que em 1984 eram de 134 milhões, aumentaram para 629 milhões em 1985. (YANG, 2003)

No início da década de 90 o governo chinês define claramente que o objetivo das reformas econômicas era estabelecer um sistema de economia de mercado, baseada na estratégia de utilização de dois tipos de recursos e dois tipos de mercado, ou seja, recursos domésticos e externos, e também o mercado doméstico e internacional, como instrumentos de desenvolvimento da economia nacional. Após essa postura mais clara do governo em relação à importância do mercado externo, muitos governos locais e empresas foram estimulados a investir fora do país. Em 1992 os IDEs somavam um total de 913 milhões, em 1994 o total já passava de 4 bilhões de IDEs. Após esse período a China vem se posicionando cada vez mais como um dos maiores investidores entre os países em desenvolvimento e as empresas chinesas estão entre as empresas multinacionais que mais investem⁷.

Em 2006 o fluxo de IDE's chineses para fora atingiu US\$21.16 bilhões (e de estoques US\$90.63 bilhões). Mais de 5 mil entidades chinesas de investimento estabeleceram investimentos extraterritoriais em cerca de 172 países. Apesar da participação da China nos IDEs mundiais ser baixa (cerca de 2,72%, UNCTAD), o crescimento da expansão chinesa, principalmente porque dirigida cada vez mais a países em desenvolvimento é aspecto de grande relevância para a economia mundial. Na Tabela 1 observa-se o total de IDEs chineses para fora, entre os anos de 2003 a 2007, distribuídos de acordo com o continente de destino:

7 Empresas como a *China National Petroleum*, a *China International and Export Corporation* (CITIC), a *Capital Steel and Iron Corporation* (Shougang) e a *Sino Stell Corporation*, são grandes empresas ligadas a setores de extração que vem investindo fora da China. (YANG, 2003)

Tabela 1 | China: Fluxo de IDEs por região de destino e participação no total e crescimento anual 2003-2007 (milhões de dólares)

	2003	2004	2005	2006	2007
Total	2.854,65	5497,99	12261,17	17633,97	26506,09
Ásia	1505,03	3013,99	4484,17	7663,25	16593,15
participação no total (%)	52,72	54,82	36,57	43,46	62,60
crescimento anual (%)		100,26	48,78	70,90	116,53
África	74,81	317,43	391,68	519,86	1574,31
participação no total (%)	2,62	5,77	3,19	2,95	5,94
crescimento anual (%)		324,31	23,39	32,73	202,83
Europa	145,03	157,21	395,49	597,71	1540,43
participação no total (%)	5,08	2,86	3,23	3,39	5,81
crescimento anual (%)		8,40	151,57	51,13	157,72
América Latina	1038,15	1762,72	6466,16	8468,74	4902,41
participação no total (%)	36,37	32,06	52,74	48,03	18,50
crescimento anual (%)		69,79	266,83	30,97	-42,11
América do Norte	57,75	126,49	320,84	258,05	1125,71
participação no total (%)	2,02	2,3	2,62	1,46	4,25
crescimento anual (%)		119,03	153,65	-19,57	336,24
Oceania	33,88	120,15	202,83	126,36	770,08
participação no total (%)	1,19	2,19	1,65	0,72	2,91
crescimento anual (%)		254,63	68,81	-37,70	509,43

Fonte: *National Bureau of Statistics of China, CSY, 2008*

Como se observa na Tabela, a maior parte dos IDEs chineses dirige-se a países da própria Ásia (em 2007, 62,6% do total de IDEs). Além da Ásia, a América Latina também recebe grande parte dos IDEs (18,5% em 2006). O destaque, portanto, é que a maior parte dos investimentos chineses vem sendo dirigidos a países em desenvolvimento. Embora a participação dos países africanos seja pequena no total dos IDEs chineses (5,94% em 2007), o crescimento anual dos IDEs chineses naquele continente vem sendo bastante expressivo. Como se vê na Tabela, de 2003 para 2004 o crescimento dos investimentos para o continente africano foi de mais de 300%, e em 2006 de mais de 200%.

A expansão de filiais de firmas chinesas vem aumentando em setores ligados principalmente, mas não apenas, à infraestrutura e extração. Em 2006, 40% dos fluxos de IDEs chineses eram ligados ao setor de mineração, atrás desse setor tem-se o *Leasing* e serviços empresariais, com 21%. (Statistical Bulletin of China Outward FDI, 2006).

A China na África

O fortalecimento crescente das relações da China com países africanos baseia-se principalmente no interesse pelos bens primários que os países do continente oferecem. O caso da África é representativo da maneira pela qual a China parece vir conduzindo as relações externas no tocante ao acesso a recursos. A formação de um Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), providenciou amplos fluxos financeiros da China para os países africanos, sem condicionais, e compras em grande escala de petróleo e matérias-primas. (MEDEIROS, 2008). Em Novembro de 2006 realizou-se em Pequim a segunda sessão plenária do FOCAC. Segundo Oliveira (2007), o processo FOCAC mostra que China possui claramente uma política africana. Política esta que vem sendo gestada desde os primeiros anos da fundação da RPC e que, desde então, seria baseada em princípios claros de respeito e não agressão.

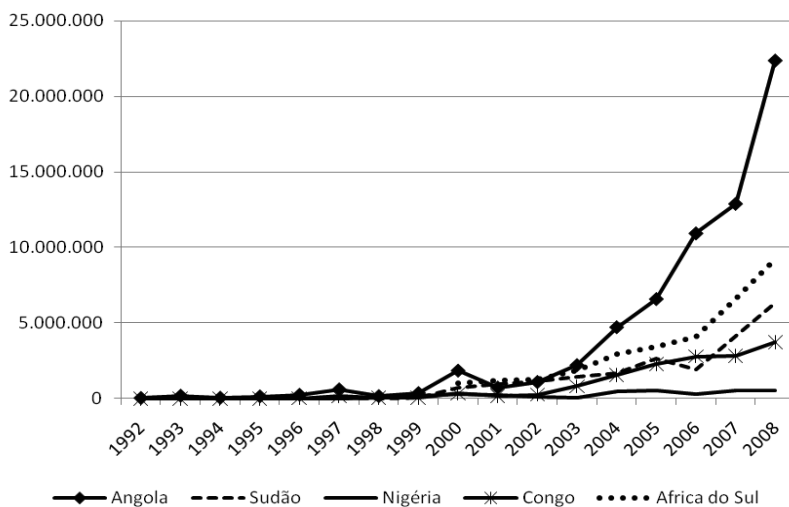
Segundo o autor, as relações China-África têm início ainda em 1955, na Conferência de Bandung realizada na Indonésia, quando o Partido Comunista Chinês, através do então primeiro Ministro de Mao, Zhou Enlai, formula cinco princípios para o relacionamento da China com os países estrangeiros. Tais princípios explicam o comportamento dos chineses diante dos regimes em existência na África, são eles: 1) respeito mútuo da soberania e da integridade territorial; 2) não agressão mútua; 3) não ingerência nos assuntos internos; 4) igualdade e vantagens recíprocas; e 5) coexistência pacífica. (OLIVEIRA, 2007)

Embora a África não seja a prioridade número um da diplomacia da China, o continente africano exerceu desde o início forte atração sobre os governantes da RPC, como fonte de matérias-primas e mercado para exportações. Recentemente, com a expansão da economia e o aumento progressivo da necessidade de bens primários e matérias-primas, o relacionamento da China com os países africanos coloca-se como questão central da política externa chinesa. (OLIVEIRA, op. cit.)

A África vem sendo uma grande fronteira de expansão. Como sugere Jiang (2009), de 2001 a 2007 o comércio chinês com a África cresceu 681%, ficando abai-

xo apenas do crescimento do comércio com a América Latina no mesmo período (687%). A China é hoje o terceiro maior parceiro comercial da África após os Estados Unidos e a França, e o segundo maior exportador para a África depois da França. O Gráfico 3 apresenta as importações totais chinesas de alguns principais países africanos:

Gráfico 3 | China – Importações totais de países africanos selecionados (1992-2008)
(milhões de dólares)



Fonte: UNComtrade, 2010.

Como é possível observar, o crescimento das importações chinesas de alguns países africanos é expressivo. De 1992 a até 2008, a média de crescimento das importações de países como Angola, por exemplo, foi de mais de 100%.

O aumento das importações chinesas de petróleo dos países africanos é demonstrativo do aumento dessa aproximação. Embora a maior parte do consumo chinês seja atendida pelas reservas do Oriente Médio (em 2008, 42% do consumo chinês de petróleo tem origem dessa região), a participação das importações africanas desse recurso é considerável. Em conjunto, as regiões no Norte, Sul, Oeste, Leste e Sudeste africanos respondem por quase 25% das importações de petróleo chinesas em 2008.

Ainda que a região do Oriente Médio seja a principal ofertante de petróleo mundial, com o maior número de reservas (com destaque para a Arábia Saudita),

a África vem aumentando sua participação como produtora, especialmente em países como o Sudão e a Nigéria. Em 2008 o continente africano já atingiu 10% do total de 1258 milhões de barris produzidos mundialmente; em 1988 a participação do continente era de 5,9% (BP, 2009).

Com relação aos IDEs chineses na África, a distribuição dos investimentos é muito desigual, embora a China esteja presente em 48 dos 53 países do continente. Países que possuem grandes fontes de petróleo e recursos naturais tais como Sudão, Argélia, Zâmbia, Nigéria, Congo DRC e África do Sul, são os mais representativos, com destaque para o Sudão (que em 2004 recebeu 50,99% dos IDEs) e para a Nigéria, o segundo maior receptor. Países como Tunísia, Gâmbia, Mauritânia, Namíbia e Botsuana recebem poucos IDEs. A Tabela 3 apresenta os 10 maiores países que mais receberam IDEs chineses em 2006:

Tabela 3 | China: Fluxo de IDEs 2006: total mundial, total no continente africano, total dos 10 países africanos que mais receberam IDEs (valor absoluto/milhões de dólares) e participação dos 10 maiores no total africano

	2006
Total	17633.97
África	519.86
1. Argélia	98.98
2. Zâmbia	87.44
3. Nigéria	67.79
4. Sudão	50.79
5. África do Sul	40.74
6. Congo DR	36.73
7. Etiópia	23.95
8. Angola	22.39
9. Maurício	16.59
10. Congo	13.24
% dos 10 maiores no total recebido pelo continente africano	88,22%

Fonte: MOSES (2008), 2006 Statistical Bulletin of China's Outward Foreign Direct Investment, Government of China, (MOFCOM, NBS, SAFE), Beijing.

Em vários destes países, a China está envolvida em diversos projetos, ligados principalmente à infra-estrutura e extração. Na Etiópia, por exemplo, a China está envolvida na construção da maior represa do Continente Africano. As obras da represa do Rio Tekeze começaram em 2002 ao custo estimado de US\$ 224 milhões. Além de produzir energia elétrica o projeto servirá para a agricultura, inclusive para as áreas de cultivo de café. No Congo os investimentos situam-se na indústria de extração de cobalto, cobre e melhorias na infra-estrutura da malha rodoviária para facilitar a exportação. Com o governo de Uganda a China está cooperando nas áreas de agricultura, têxtil, infra-estrutura, prestação de serviço médico e equipamentos, além de educação e tecnologia. (NELSON, 2006)

No caso de Angola, os investimentos situam-se na área petrolífera, assim como na Nigéria. Em Angola, o governo chinês abriu linha de crédito para o reparo de infra-estruturas angolanas danificadas durante o longo período de guerra civil. A Nigéria tem recebido diversas ofertas por parte de grandes empresas chinesas, principalmente relacionadas a investimentos na área petrolífera. Em 2009, a CNOOC, uma das três grandes companhias chinesas no setor energético, propôs uma oferta ao governo nigeriano, desejando adquirir 6 bilhões de barris, o equivalente a um em cada seis barris das reservas comprovadas na Nigéria, que é o maior produtor na África Subsaariana e um importante fornecedor aos EUA. (*Financial Times*, 2009).

O interesse na extração de petróleo também move as aproximações com o Sudão. Desde que a China entrou no país, no final da década de 90, o Sudão passou de importador de petróleo para exportador. Campos de operações petrolíferas foram desenvolvidos e refinarias construídas. Uma das conseqüências da política da China de cooperação baseada no princípio de não interferência em assuntos internos é que a crise humana em Darfur, no Sudão, continua sem solução devido à incapacidade da comunidade internacional de agir contra o governo local. (NELSON, 2006).

Conclusões

Assim como as principais economias capitalistas centrais, a China, depois de quase três décadas de crescimento econômico sustentado, alcança neste começo de século XXI um patamar no qual os limites à acumulação de capital começam a imprimir a necessidade de expansão de mercados, principalmente em busca de fontes de matéria-prima.

Como visto, a própria estrutura produtiva do país (marcada pela baixa quantidade de terras agricultáveis) parece ter encontrado limites para atender à demanda por matérias-primas e dar continuidade aos projetos de infra-estrutura e industrialização. Além disso, o Estado chinês, no âmbito do Partido Comunista, vem ao longo dos últimos anos institucionalizando e estimulando as empresas chinesas (em sua maior parte estatais) a expandir suas operações em mercados externos, principalmente aquelas voltadas a exploração de recursos primários.

Assim, como observado ao longo deste trabalho, a China vem aproximando-se de diversos países africanos como Sudão, Argélia e Nigéria, na tentativa de adquirir grandes empresas de exploração de petróleo e minério, além de investir em projetos de infra-estrutura e linhas de financiamento. Este movimento de fortalecimento das relações comerciais bilaterais, como visto, aparece claramente nos dados relativos aos IDEs e as importações China-África.

Entretando, a análise deste fenômeno inscreve-se em dimensões que vão além do que se poderia chamar de “âmbito econômico”. Tal como preconizado por Marx, “o método da economia política se define pela natureza da realidade a ser investigada, a realidade social, que não é um aglomerado de partes isoladas, mas forma a totalidade histórico-social, contraditória e dialética” (Corazza, 1996, p. 35). Essa orientação metodológica leva a uma compreensão do conceito de Imperialismo não apenas a partir de sua face econômica, mas como parte de uma totalidade na qual inscrevem-se diversas determinações, principalmente históricas e políticas.

Nesse sentido, compreender a atual aproximação chinesa na África como a manifestação de um movimento com sentido Imperialista implica em pautar-se por uma análise que incorpore elementos para além do econômico, incritos em determinações históricas e geopolíticas, não apenas entre China e África, mas também suas posições no contexto das disputas geopolíticas entre os Estados nacionais.

Como aponta Oliveira (2007), a análise das históricas relações diplomáticas entre China e África, bem como as atuais abordagens chinesas naquele continente, permite identificar traços do perfil chinês no tratamento comercial e diplomático com os diversos países (e não apenas os africanos). Segundo o autor, este perfil, a princípio, parece distorcer por completo das históricas abordagens ocidentais no relacionamento com os países africanos.

Estabelecendo uma comparação entre o tratamento dos países ocidentais em relação à África, no âmbito da Conferência de Berlim, de 1885, e a postura chinesa

no âmbito da cúpula sino-africana de 2006, realizada em Pequim, Oliveira identifica diferenças significativas. Segundo o autor, a nova abordagem proposta pela China em relação à África, ainda que tenha objetivo idêntico de exploração dos recursos naturais daquele continente, difere totalmente das experiências anteriores de diversos países que partiram nessa tentativa. Como ressalta o autor,

Ao pôr em marcha o processo FOCAC, a China está também buscando assegurar matérias primas para seu próprio desenvolvimento econômico, como fizeram as potências do Congresso de Berlim. Mas é bem diferente a maneira de agir dos chineses. A China não integra alianças militares, não tem bases no estrangeiro e sua projeção militar no exterior, apenas incipiente, é quase só em missões onusianas de manutenção da paz. Seus instrumentos de trabalho em relação à África são a diplomacia, a ajuda técnica e financeira e o comércio. (OLIVEIRA, 2007, p.2)

A visão que Oliveira apresenta da postura chinesa diante das relações com os países africanos vai ao encontro do discurso oficial que estaria baseando as relações externas chinesas, no âmbito da chamada “ascensão pacífica”. A doutrina da ascensão pacífica ganhou reconhecimento mundial quando foi apresentada em 2003 no Fórum de Bao para a Ásia. Com base em estudos históricos encomendados pelo Politburo sobre experiências passadas de ascensão de potências e as reações que provocaram, a doutrina chinesa foi apresentada como refutação da idéia de “ameaça chinesa” e como ofensiva atraente para contrabalançar a estratégia norte-americana de cercar a China com um sistema de bases militares. O princípio central da doutrina é que a China pode evitar, e evitará, o caminho da agressão e da expansão seguido pelas potências anteriores no momento de sua ascensão. (ARRIGHI, 2008, p. 299)

Ascender pacificamente implicaria, nesse sentido, em avançar no fortalecimento das relações comerciais a partir de atitudes pacíficas, diplomáticas e favoráveis aos países parceiros, deixando totalmente de lado qualquer tipo de abordagem agressiva ou de cunho militar por parte da China. Como ressalta Cunha,

Conscientes de que seu sucesso até aqui ainda é insuficiente para a conformação de uma sociedade “moderadamente próspera”, e de que a perspectiva de concretização daquele objetivo maior se descortina rapidamente, gerando tensões diversas – particularmente nos planos geo-

político e geoeconômico – os líderes da China contemporânea buscam refúgio no conceito da “ascensão pacífica”. Assim, na perspectiva chinesa haveria uma tentativa diferenciação da sua trajetória com respeito à de outros países, que em momentos semelhantes acabaram provocando conflitos políticos e guerras, como nos casos de Alemanha e Japão. (Bijian, 2005, 2006 apud Cunha, 2008).

Entretanto, a opinião sobre a aproximação chinesa na África também encontra posições críticas. Para alguns autores (Jiang, 2009) a forma indiscriminada com a qual a China se aproxima dos países africanos (desconsiderando a presença de regimes autoritários e corruptos e que infringem direitos humanos) demonstra que o país, tal como seus predecessores, atua de forma imperialista, voltado exclusivamente a extração de recursos naturais.

Reportagens recentes relatam a presença de grandes empresas chinesas atuando em países africanos, como a Namíbia, produzindo em condições precárias e com alta exploração da mão-de-obra local.⁸

Além disso, a postura pacífica chinesa, com a qual o país pretende levar adiante sua aproximação externa não depende apenas de sua própria forma de atuação. Como se sabe, o acesso a recursos energéticos estratégicos, principalmente o petróleo, funcionou como estopim de diversos conflitos ao longo do século XX, dada sua importância tanto como fonte energética industrial e automobilística, como combustível mais eficiente para mover as forças armadas. (FILHO, 2004)

De fato, o impacto que a China vem causando na economia mundial, diante da alta demanda por recursos energéticos e bens primários, pode suscitar uma postura mais belicista por parte dos Estados Unidos. Um dos maiores exemplos recentes dessa nova realidade geopolítica e da tensão gerada a partir da “fome” chinesa por recursos energéticos foi o lance proposto pela *China National Offshore Oil Company* (CNOOC) no caso da venda da empresa petrolífera norte-americana Unocal. Como ressaltou Arrighi (2008), embora a Unocal já tivesse concordado com a compra pela Chevron, como acabou ocorrendo, em 30 de Junho o Congresso aprovou uma resolução, por 398 votos a 15, que afirmava que permitir à CNOOC comprar a Unocal poderia “pôr em risco a segurança nacional dos Estados Unidos”. (ARRIGHI, 2008)

8 “China em África – Exploração Sul-Sul?”. Disponível em: <http://www.mwglobal.org/ipsbrasil.net/nota.php?idnews=4804>

Segundo Krugman (2005), a China parece estar surgindo como rival estratégico dos EUA e concorrendo no acesso a recursos escassos. Segundo o autor, isso fez do lance chinês pela compra na Unocal, empresa de energia de alcance global, mais do que mera proposta de negócio. Como sugere Krugman, “a Unocal parece ser [...] exatamente o tipo de empresa que o governo chinês gostaria de controlar caso tenha em mira certo tipo de “jogo grande”, em que as maiores potências se acotovelam pelo acesso ao petróleo longínquo e às reservas de gás natural (...)”. (KRUGMAN, 2005, apud ARRIGHI, 2008, p. 287)

As tensões relativas à disputa pelos recursos energéticos, não só na África, mas principalmente na região do Oriente Médio, se colocam na ordem do dia da economia mundial. Como sugere Harvey (2003) “quem controlar o Oriente Médio [maior produtora desse recurso no mundo] controlará a torneira global do petróleo, e quem controlar a torneira global do petróleo poderá controlar a economia global, pelo menos no futuro próximo” (KLARE, 2001, apud HARVEY, 2003, p.25).

A partir desse quadro geral, entende-se ainda ser cedo para inserir o caso da aproximação chinesa na África como um movimento com pleno sentido Imperialista, ao menos quando este conceito é pensado em todas as suas dimensões, ou seja, expansão de capitais e exploração de recursos naturais aliado a histórica ofensiva belicista e violenta por parte de países centrais.

A China, ainda que assumindo uma posição cada vez mais importante na economia mundial, ainda é um país em desenvolvimento, com diversos desafios a serem superados internamente. Assim, a expansão chinesa na África representa um movimento bastante específico no qual um país em desenvolvimento começa a promover expansões para fora de seu território nacional.

A expansão extraterritorial chinesa, nesse sentido, representa de fato um momento chave do desenvolvimento do país, que procura seguir ampliando sua acumulação interna através da busca por matérias-primas e energia para além de suas fronteiras. O aumento da presença chinesa no continente africano, motivada por interesses econômicos, permite que se analise o fenômeno à luz das contribuições dos autores marxistas do imperialismo. Entretanto, como dissemos, a amplitude do conceito de imperialismo, aliada as divergentes análises com relação à postura chinesa nos países africanos faz com que ainda seja cedo para caracterizar o fenômenos como de caráter Imperialista.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, J. *Is China Export-Led?* Global Economic Research UBS Investment Research Asian Focus, 2007.
- ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim- Origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- BIJIAN, Zheng. “Chinas’s ‘Peaceful Rise’ to Great-Power Status”. *Foreign Affairs*, vol. 84 n. 5, 2005.
- BRITISH PETROLEUM (BP). *Statistical Review of World Energy – 2009*. Disponível em <http://www.bp.com/bodycopyarticle.do?categoryId=1&contentId=7052055>
- BUKHARIN, Nikolai Ivanovich. *A Economia Mundial e o Imperialismo*. São Paulo, Nova Cultural, 2 ed., 1986.
- CORAZZA, Gentil. O todo e as partes, uma introdução ao método da Economia Política. *Estudos Econômicos*, vol. 26, número especial, p. 35-50, São Paulo, 1996.
- CUNHA, André Moreira. *A Ascensão da China à Condição de Potência Econômica: há algo de novo no “modelo asiático”?* Artigo apresentado na XIII SEP, 2008. Disponível em http://www.sep.org.br/artigo/1264_46797952b4762e13bcf75efc2e632ca9.pdf
- FILHO, Ernani Teixeira. O papel do Petróleo na geopolítica americana. In: *O poder americano* in FIORI, J. L (org). Petrópolis, Vozes, pp. 309-346, 2004.
- FINANCIAL TIMES, 2009.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo, Editora Loyola, 2003
- HILFERDING, R. *O Capital Financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- JIANG, Wenran. Fuelling the dragon: China’s rise and its energy and resources extraction in Africa. *The China Quarterly*, pp. 585-609, 2009.
- LÊNIN, Vladimir I. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global Editora, 1982.
- MEDEIROS, Carlos Aguiar de. “A China como um duplo pólo na Economia Mundial e a recentralização da economia asiática”. *Revista de Economia Política*, vol. 26, nº 3 (103), pp. 381-400, julho-setembro, 2006.
- _____. Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transições da Rússia e na China, in FIORI, J. L., SERRANO, F. e MEDEIROS, C. A. de. *O mito do colapso do poder americano*, Rio de Janeiro, Editora Record, pp. 173-273, 2008.
- MOSES, Kiggundu, N. A profile of china’s outward foreign direct investment to Africa. *Proceedings of ASBBS*, volume 15 number 1, PP. 130-144, fevereiro, 2008.
- NATIONAL BUREAU STATISTICS OF CHINA (NBSC). *China Statistical Yearbook*, vários anos.

- NELSON, Sonia Ambrosio de. *Expansão econômica e influencia da China na África, Ásia e Pacífico*. NEASIA, Núcleo de Estudos Asiáticos – UnB. Cingapura, Dezembro de 2006. Disponível em http://vsites.unb.br/ceam/neasia/boletins/artigo_soniaanelson271206.pdf
- OLIVEIRA, Amaury Porto. *A política africana da China*. Disponível em <http://www.casadasafricas.org.br/site/img/upload/674760.pdf>, 2007.
- PEOPLE'S BANK OF CHINA. In: <http://www.pbc.gov.cn/english/>, 2009
- TAVARES, M. da Conceição & BELLUZZO, L. G. M. A mundialização do capital e a expansão do poder americano. In: FIORI, J.L. (Org.) *O poder americano*. Petrópolis: Editora Vozes, p. 111-138, 2004.
- THE ECONOMIST. *The new colonialists*. Março de 2008. Disponível em http://www.economist.com/opinion/displaystory.cfm?story_id=10853534
- UNComtrade. Data Query, Basic Selection.
- UNCTAD, Handbook of Statistics, 2009.
- ZHOU, Yu.. "China's High Tech Industry and the World Economy: Zhongguancun Park" In: *Japan Focus – an Asia Pacific e-journal*. Setembro 2008. Disponível em <http://japanfocus.org/products/details/2661>
- ZWEIG, David and BI, Jianhan. China's Global Hunt for Energy. *Foreign Affairs*. V. 84. N. 5, 2005.
- World Development Indicators (WDI)
- YANG, Dexin. *Foreign Direct Investment from developing countries: a case study of china's outward investment*. Centre for Strategic Economic Studies. Victoria University, Melbourne, Australia, September, 2003.
- 2006 Statistical Bulletin of China's Outward Foreign Direct Investment. Disponível em <http://preview.hzs2.mofcom.gov.cn/accessory/200710/1192783779118.pdf>